



Alerta Servidor!

#PELAVALORIZAÇÃODOSEVIDORDECARREIRA



O servidor não pode pagar a conta e ficar à míngua calado, vendo o esbanjamento!

PARA UNS TUDO,
PARA OUTROS NADA!
CADÊ NOSSOS
DIREITOS?

Não vamos deixar
o medo, o assédio
e o abuso de poder
invadir! Servidor
tem voz!

POR UM PLANO DE
CARGOS, CARREIRAS
E SALÁRIOS PARA
TODOS! ABAIXO O
APADRINHAMENTO!

REPASSE JÁ!
TUDO AUMENTA!
MENOS NOSSO
SALÁRIO!

ESTAMOS FICANDO
DOENTES PELA FALTA
DE VALORIZAÇÃO E
CUIDADOS!
De quem é a USO?

CADÊ OS EPI's,
MATERIAIS E
CONDIÇÕES PARA
TODOS!?



Palavra da Presidente

Companheiro(a) servidor(a),

São tantas coisas a dizer, que nem sei por onde começar.

Não tenho certeza se todos acompanham os acontecimentos em nossa cidade, mas parece que todos eles acabam explodindo no nosso cangote. Isso mesmo, o servidor está a míngua, sem repasse inflacionário, que é um direito constitucional, enquanto a farra acontece.

Em 2020, por exemplo, a justificativa foi falta de orçamento; ora, apareceu um projeto na Câ-

mara Municipal que versa sobre o superávit desse exercício, mas como sobrou dinheiro se não tinha?

Esse ano, estamos amargando zero de repasse inflacionário, sem contar os vales

que não sofrem reajuste desde 2017, mas vemos projetos de lei que criam cargos e despesas, como

é o caso do projeto relacionado à Fundass; também é só olhar o número de portarias de nomeação "a rodo" que figuram no site da prefeitura; ah, ainda têm algumas licitações muito estranhas, com valores exorbitantes, como é o caso de se querer contratar em-

presa de monitoramento e vigilância ao invés de fazer o devido chamamento dos vigias aprovados no último concurso, e

por aí vai. De repente você vai trabalhar e se depara com uma operação do

GAECO, onde há suspeita de grandes irregularidades (financeiras) apontadas e sendo verificadas, daí o Sr. Prefeito vai à rádio e fala que ia comprar um celular novo, mas estava muito caro, vai juntar um dinheiro pra poder comprar o acessório.

Servidor, acorda, estão tirando a gente de "otário", a justificativa de falta de orçamento não foi provada, nem antes e nem agora, a Lei Complementar 173/2020 não impede repasse inflacionário. Sei que há perseguição, sei que isso nos dá medo, já fui perseguida, inclusive demitida, regressei, mas isso nunca me calou.

O Sindserv não tem medido esforços pra lutar contra os absurdos, fazemos denúncias, processos judiciais, lives, protestos, mobilizações, enfim, tudo que está ao nosso alcance, e continuo afirmando que o servidor pode contar conosco sempre.

Levanta servidor, se una ao Sindserv, participe das Assembleias, dê suas sugestões, vamos nos fortalecer, não dá pra perseguir quando há um número grande de trabalhadores lutando por seus direitos; 2022 está batendo à nossa porta, a LC 173 já terá findado seus efeitos e esperamos construir uma bela campanha salarial, com participação em massa, vamos mostrar que não estamos satisfeitos, que temos força, que somos todos UM.

Cristiane Leonello
Presidente do Sindserv

Levanta servidor

REFORMA E ABERTURA: SUBSEDE ENSEADA

Servidores, para melhor atendê-los, a Subsede da Enseada passou por diversas manutenções, reparos nas paredes internas e pintura, entre outras mudanças para que o ambiente fique mais agradável e funcional.

A partir de 5 de outubro, a subsede Enseada estará aberta às terças e quintas, das 9h às 18h, com o atendimento e xérox.

Com a parte interna já revitalizada, durante o próximo mês iniciaremos a pintura e manutenção da parte externa do prédio que nos é tão importante para as atividades sindicais, assembleias e demais ações da Costa Norte.

SINDSERV Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
Rua José David do Vale, 33 - Centro - São Sebastião - SP - CEP: 11.600-000
Tel. (12) 3892-1545 Fax: (12) 3892-4097
CNPJ: 50.322.130/0001-19 Site: www.sindserv.com / Email: sind.serv@uol.com.br

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale, nº 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ nº. 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 46 alínea C "usque" à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará de forma presencial, nas três sedes, alternadamente, conforme data, endereços e horários, com pauta abaixo descrita:

Dia: 28/09/2021 - Terça-feira
Endereço: Rua Carlos Gomes, 141 - Sede Costa Norte

Dia: 29/09/2021 - Quarta-feira
Endereço: Rua Luziana, 107 - Sede Costa Sul

Dia: 30/09/2021 - Quinta-feira
Endereço: Av. José David do Vale, 33 - Sede Central

Horário para todas as sedes:

1ª Convocação - 16:30 horas
2ª Convocação - 17:30 horas

PAUTA:
1. DELIBERAÇÃO ACERCA DE AVALIAÇÃO E VENDA DE PATRIMÔNIO (SÍTIO).

São Sebastião, 14 de setembro de 2021.

CRISTIANE MARIA LEONELLO CARVALHO SILVA
PRESIDENTE

Expediente

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv).

Rua José David do Vale, nº 33, Centro - São Sebastião/SP - Fone: (12) 3892.1545

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com.

Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos.

Diretoria:

Cristiane Maria Leonello C. Silva (Presidente), Roseli Patulraski Prado (Vice), Angélica Garcia dos Santos (Secretária Geral), Irma Carretoni P. Tavares (1ª Secretária), Juliano Souza Freitas (2º Secretário), Regina Célia C. Barbosa (1ª

Tesoureira), Daniela D. Cruz (2ª Tesoureira).

Suplentes: Gileila Simões Santana, Silvio Cezar Damas, Claudia Prudente de S. Canhadas, Raul F. B. Filho, Edilson Menegassi, Belmiro dos S. Rodrigues, Edivaldo S. da Silva.

Conselho Fiscal: Silvio de Angelis Júnior, Silvio Vicente do Amparo, Cleidemar Gomes da Silva,

Ricardo Batista de Paulo, Jehovan Maria de Jesus, Caique de Carvalho Silva.

Conselho Representante: Eliete Aparecida dos S. Freitas, Flávio A. de Carvalho, Patrícia Artuza C. Ferreira, Rosângela Freitas dos Reis.

Jornalista: Jessyca Biazini - MTB 73.249/SP

Impressão: Atlântica Gráfica e Editora

Tiragem: 2.500 exemplares

CAMPANHA SALARIAL 2021

Sindserv entra com processo na Justiça para que prefeitura faça o Repasse Inflacionário!

Esta tramitando na 1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião o processo movido pelo Sindicato para cobrar a obrigação de fazer o repasse inflacionário nos salários e vales da categoria por parte da Prefeitura.

No processo, o Sindserv destaca que a prefeitura está claramente descumprindo o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, independente dos impedimentos da

Lei Complementar Federal 173/2020 de enfrentamento ao Covid19, uma vez que esta legislação não impede que seja feito reajuste de despesas obrigatórias dentro do limite da inflação do período.

O Sindicato ainda explica que a ausência de reposição inflacionária no salário dos servidores compromete de forma gravíssima a vida das famílias. Também pede

no processo uma liminar para que haja cumprimento imediato desta obrigação, pois implica no caráter da segurança alimentar dos trabalhadores.

“Sabemos que nossas perdas são muitas, mas temos consciência que este ano o teto é o repasse inflacionário de 6,76%, que é nosso direito e, ao menos, um pequeno respiro diante de tamanho arrocho salarial

que sofremos. Neste ano, realizamos panfletagens, cobramos na Tribuna da Câmara, fizemos atos públicos setoriais, assembleias, além de diversos ofícios ao prefeito com nossa Pauta de Reivindicação, solicitação de reunião e cobranças. Agora, ingressamos na Justiça e não vamos parar de lutar para defender os direitos da categoria”, afirma a presidente do Sindserv, Cristiane Leonello.



ABAIXO-ASSINADO ONLINE

PELO REPASSE INFLACIONÁRIO

Vamos passar das 2 mil assinaturas!!!

Acesse www.sindserv.com e assine JÁ!



ESCANEIE

Após uso da Tribuna, presidente do Sindicato ouve desaforos de vereador

Após diversos ofícios protocolados e sem resposta do Prefeito, a diretoria do Sindserv fez uso da Tribuna Livre da Câmara para buscar apoio dos vereadores em prol da revisão anual dos salários e vales. O que surpreende é que na sessão seguinte o legislativo municipal rejeitou por maioria de votos um requerimento que solicitava o estudo do orçamento da prefeitura visando possível repasse.

Diante disso, a categoria aprovou em as-

sembleia uma moção de repúdio, uma vez que se eles têm o direito de se posicionar contra; os servidores também têm o direito de não concordar com a atitude.

Para resumir, a maioria dos vereadores não gostou de serem questionados, se justificaram e aprovaram na sessão seguinte um outro requerimento de análise orçamentária e informações sobre repasse. Porém, um dos edis não se bastou e usou a Tribuna para tentar enfraquecer toda a luta da categoria por meio do Sindicato, diminuir a capacidade e trabalho da presidente do Sindserv e ainda se alterou ofendendo a integridade do seu histórico como servidora pública e desejando que sua mãe (já falecida) sofresse por sua morte. Falou em alto e bom tom: “que morra você e que sua mãe chore”.

O Sindserv jamais vai admitir qualquer tipo de atitude violenta, seja verbal ou física, principalmente contra mulheres, ou tentativas de ataque ao histórico de luta desta entidade. O Sindicato solicitou direito de resposta à Câmara, porém até o momento não obteve nenhuma resposta do presidente da Casa.

Sindicato denuncia no MP a Reforma Administrativa que aumenta comissionados e salários na Fundação Cultural

Após reorganização administrativa da Fundass ser aprovada na Câmara, mesmo com Sindserv apresentando uma lista de dispositivos que afrontam os direitos dos servidores, Jurídico do Sindicato protocola no Ministério Público denúncia apontando as irregularidades.

Na denúncia, ainda evidenciou para a promotoria que o próprio MP já havia condenado a prefeitura em um projeto similar que foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, onde se apresentava “criação indiscriminada,

abusiva e artificial de cargos de provimento em comissão”.

Agora, mais uma vez, a administração cria cargos de caráter técnico que deveriam ser providos por meio de concurso público. Também implanta referência salarial extinta, entre outras discrepâncias que elencamos na denúncia e pode ser acompanhada na Live que fizemos na página do Sindserv.

Outra questão é que: neste caso, sim, a prefeitura está descumprindo a Lei de Enfrentamento ao Covid-19, pois a criação

de cargos, emprego ou função que gere aumento de despesa está proibida. Então a Lei 173 não impede quando é para criar cargos? Só quando é para revisar o salário do servidor?

“Esperamos que, mais uma vez, o MP possa frear esse ‘rolo compressor’ que passa por cima dos nossos direitos, enquanto vemos sobrar atenção a ‘penduricalhos’. Continuamos na luta e abertos para tentar dialogar para que o servidor seja realmente valorizado e respeitado”, afirma Cristiane Leonello.

Assembleia Geral sobre o sítio em Pouso Alto

Iremos realizar 3 assembleias: Dia 28/9 (terça), na Subsede Costa Norte; 29/9 (quarta), na Subsede Costa Sul; e 30/9 (quinta), na Sede Central. 2ª Cham. sempre às 17h30.

Participem! Vamos avaliar e deliberar juntos sobre o nosso sítio, servidores.

A nova diretoria do Sindserv, vem ao longo dos meses ouvindo muitos servidores em relação ao sítio em Pouso Alto e a assembleia visa trazer mais benefício a todos.

Prezando pela transparência e democracia sindical, o Sindicato convoca todos os servidores sindicalizados para Assembleia Geral Extraordinária para

que possamos apresentar as sugestões da diretoria, ouvir e deliberar junto a categoria.

Para que todos possam ter facilidade de acesso para participar, faremos três assembleias. A primeira na Subsede da Costa Norte (Enseada), no dia 28 de setembro; a segunda dia 29, na subsede Costa Sul (Boiçucanga); e a terceira dia

30, na sede Central (próximo a Rodoviária).

As três assembleias terão início às 17h30 e serão realizadas no formato presencial.

Entre as questões apontadas pelos servidores está o difícil acesso ao sítio pela estrada de terra, que as vezes pode trazer problemas aos veículos, a dis-

tância para quem não pode ir de carro, também que a grande maioria dos servidores não consegue usufruir, que não é possível ficar muitos dias, pois não possui comércio próximo, entre outras questões. Isso fez a diretoria convocar todos os sindicalizados para definir qual a melhor forma de atender a todos que contribuem.

Sindserv denúncia no Ministério do Trabalho falta da CIPA para fiscalizar as condições de segurança no Trabalho!



Após o protocolo do Ofício 58/2021 para cobrar informações referente a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e aos Programas voltados à segurança no trabalho da prefeitura de São Sebastião, onde constatamos que não havia nenhum cipeiro empossado para fiscalizar as condições de trabalho e acompanhar os procedimentos, solicitamos a urgente eleição de novos membros e relatório das ações desenvolvidas pelo município.

A diretoria do Sindserv, ao perceber que - aparentemente

- nenhuma medida para reestabelecer a atividade da CIPA, principalmente diante da constante falta de Equipamentos de Proteção Individual, casos de acidente de trabalho, e adoecimento de muitos servidores, decidi denunciar ao Ministério do Trabalho esta afronta ao direito dos trabalhadores.

Além da Cipa, é muito importante que os servidores cobrem a implantação de programas de prevenção de acidentes e saibam avaliar e identificar os riscos laborais das suas atividades para não colocar sua vida em risco.

ATENÇÃO SERVIDOR!

Agora você pode sugerir novos convênios direto no site: **Sindserv.com/convênios**

No site você também encontra todos os médicos, comércio, empresas e serviços conveniados. Mais informações sobre convênios ligue (12) 3892.1545 ou Wpp (12) 99127.9401.



Única cidade da região a retornar aulas presenciais somente após vacinação

Resultado da LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO!

Agora é seguir lutando por melhores condições de trabalho e biossegurança.

Sabemos que há muito o que lutar e conquistar em prol das condições de trabalho tão almejadas para os profissionais da Educação em suas diferentes áreas de atuação. E neste período da pandemia Covid-19 tivemos um grande exemplo que a categoria unida em luta, com apoio da comunidade nas ruas, articulada e organizada traz avanços.

O Sindserv esteve junto dos trabalhadores nesta luta pela biossegurança de toda a comunidade escolar no momento mais crítico da pandemia e, por meio de atos públicos, reuniões, carreatas e atividades sindicais contínuas fez com que São Sebastião fosse a única cidade da região a retornar as aulas presenciais somente após a vacinação. Parabenizamos todos os profissionais que não se deixaram abater e acreditaram que podiam enfrentar com o Sindicato as diversas investidas para as salas estarem lotadas e as famílias em risco.

Neste período a diretoria do Sindserv realizou uma vistoria minuciosa em todas as escolas e elaborou um relatório extenso que foi entregue a Seduc junto a uma lista de questionamentos e informações enviadas pelos trabalhadores, o que também foi fundamental para alertá-los sobre a importância de não avançar na retomada.

Agora se inicia uma nova luta: a de garantir a aplicação dos protocolos, dos recursos necessários para a biossegurança, sem deixar de cobrar reivindicações antigas da categoria que precisam ser efetivamente e urgentemente atendidas frente aos desafios que estão enfrentando.

O Sindserv segue defendendo os direitos de todos vocês. Nos informem pelo site ou pelo Telefone/WhatsApp caso estejam enfrentando qualquer problema nesta retomada. Não é necessário se identificar.

#NenhumDireitoAMenos



#SeguimosNaLuta

DECRETO PREJUDICA SERVIDORES QUE ESTÃO DE LICENÇA MÉDICA

O Sindserv abriu um processo administrativo na Prefeitura para que seja respeitado o Estatuto do Servidor no que diz respeito as avaliações por “progressão por letra” e avaliação no estágio probatório.

O decreto 7320/2018, que regulamenta esta questão, não está respeitando os dispositivos do Estatuto, o que está prejudicando os servidores que neste período estiveram em licença médica acima de 180 dias, no caso da progressão, e de 120 dias, no probatório.

PREFEITURA RECORRE DA DECISÃO JUDICIAL PARA DEVOLUÇÃO DA LICENÇA PRÊMIO

A prefeitura insiste em querer cortar este direito da categoria e recorre da decisão do Juiz da 1ª Vara Cível de São Sebastião que determinou causa ganha ao Sindserv e concedeu a devolução das licenças prêmios dos servidores que foram obrigados a utilizar este benefício compulsoriamente.

A diretoria destaca que está mantida a liminar judicial ordenando que a prefeitura parasse de obrigar os trabalhadores a fazer uso da licença que no Estatuto consta claramente que é de livre escolha do servidor mediante a solicitação.

“Agora só vai levar mais tempo para que a Justiça corrija este autoritarismo que ocorreu e que tentou tirar este direito dos servidores”, afirma Cristiane Leonello, presidente do Sindserv.

Sindserv denuncia no Ministério do Trabalho falta de Junta Médica Oficial para emissão de laudos aos servidores

Após não obter resposta ao Ofício 075/2021 que solicita esclarecimentos referentes a falta de Junta Médica Oficial para atendimento aos servidores da Prefeitura de São Sebastião,

Sindserv encaminha denúncia ao Ministério do Trabalho.

A diretoria do Sindserv explica que existe o Decreto 7421/2019 que cria a Junta Mé-

dica Oficial do Município e que uma portaria expedida em 2019 aponta uma empresa com contrato administrativo com a prefeitura, por meio de licitação, para desempenhar o trabalho. Porém, não foi localizada efetivamente uma junta médica em atividade.

A Junta Médica Oficial serve de instância técnica superior auxiliar da Secretaria de Administração e deve atuar com autonomia e soberania em suas decisões técnicas e tem por atribuição examinar o servidor municipal e emitir laudo e parecer técnico de saúde aos trabalhadores atendidos.

O Sindserv recebeu denún-

cias de inúmeros servidores que estão há meses aguardando a avaliação e a emissão de laudos relativos à afastamento do serviço em decorrência de acidente, de patologia e de cirurgias.

O Sindicato solicitou no Ofício e apontou na denúncia que se faz necessária a urgente nomeação de três médicos (peritos), sendo um cardiologista, um ortopedista e um psiquiatra, seguindo o disposto no artigo 95 da Lei Complementar 146/2011, alterada pela LC 230/2018. E, com isso, possa ser dado o andamento a todos os procedimentos administrativos de servidores que estão aguardando atendimento.



Espaço da Diretoria

A USO AGONIZA

Hoje é preocupante verificar a situação do descaso com a saúde dos servidores em que a USO se encontra.

Antes da terceirização da maioria dos serviços prestados pela Unidade de Saúde Ocupacional, quando ainda se realizavam exames periódicos de manutenção da saúde dos servidores e não só perícias ou exames admissionais como agora, o atendimento era na UBS da Topolândia, local apropriado para a prestação de serviços de saúde, contava com estrutura predial adequada e critérios organizacionais de agendamentos que não causavam transtorno nem desrespeito aos usuários do serviço.

Neste tempo em que a maioria do serviço foi privatizado, estamos em plena pandemia e sob situação de aglomeração, numa mostra de falta de respeito e cuidados sanitários com os atendidos na Unidade, cujas instalações atuais são insatisfatórias para manter o atendimento de antes aos servidores.

Há pouco foi flagrada a situação de docentes celetistas, que saiam de atribuição de aulas na Seduc e presentes na USO aos montes, para a realização de exames pra contratação, pois chamaram centenas de

candidatos para a contratação, conforme informações. Sem a estrutura mínima para abrigar o volume de candidatos naquele dia, estes foram orientados a esperar em fila do lado de fora, onde não havia nenhum indicativo para o distanciamento físico, nem acomodações para a espera. Reflexo de um descaso total com os atendidos!

A USO agoniza!

Servidores esperando nas proximidades, do lado de fora da Unidade de Saúde Ocupacional, encostados ou agachados do outro lado da rua, sem uma coordenação que organizasse o agendamento de senhas, com horário determinado e respeitado, pois se passava muito tempo de espera, sem nenhum mínimo de condições estruturais onde os servidores pudessem aguardar de modo indefinido seu atendimento. Situação crítica de funcionamento!

Não se pode acreditar que esse modo insatisfatório de atendimento nas dependências da USO seja apropriado à prestar os serviços a que se propõe, salvo a atitude das enfermeiras que sem as condições adequadas, ainda se empenham em realizar o trabalho. Porém as péssimas condições da Unidade são fatores que merecem a atenção da municipalidade, pois é o setor que deve tratar a saúde dos servidores, e carece ser estruturado para este fim.

Patrícia Artuza
Diretoria Sindserv



ESTAMOS DE OLHO!**#SINDSERVNALUTA**

Sindserv denuncia admissão de concursados fora da ordem de convocação e prefeitura reorganiza chamamento de aprovados.

Sindicato ganha na Justiça e consegue liminar para servidores transferidos de região sem motivação clara.

Em Ofício, diretoria cobra que vereadores consultem o sindicato e a categoria antes de votar qualquer projeto que atinja o servidor.

Exigimos o pagamento do adicional de 1/3 de férias que estava sendo devido aos servidores.

Horas extras não pagas foram devolvidas após cobrança do Sindserv.

Durante todo o período sem vacinação, Sindserv manteve cobrança para garantir atividade em home-office.

Servidores da Sesepe ficam sem o tradicional café da manhã diário e Sindicato denuncia em atos públicos.

Sindserv solicitou que Sesau fizesse a adesão ao Programa Saúde com Agente, de capacitação para ACS's e ACE's.

Sindicato ingressa ação contra prefeitura para retomada da contagem de tempo de serviço para fins de progressão salarial.

Ninguém é melhor do que todos nós juntos!
Eles passam e nós ficamos!



Sindicato realiza ato público contra Reforma Administrativa Federal

Os servidores junto ao Sindicato também cobraram o repasse inflacionário nos salários e vales



Em agosto, o Sindserv realizou um ato público em frente a Caixa Econômica Federal, seguindo deliberação em assembleia. Com faixas, cartazes e carro de som, os trabalhadores presentes buscaram alertar a população sobre os impactos da Reforma Administrativa Federal que está em tramitação, como também sobre a atual situação dos funcionários da prefeitura que estão sem nenhuma correção inflacionária dos salários e vales desde 2020.

Segundo o Sindserv, o ato pú-

blico ocorreu nesta data devido ao chamado nacional aos servidores municipais, estaduais e federais para um dia de paralisação contra esta Proposta de Emenda Constitucional - PEC 32/2021 e contou com a participação do Fórum Sindical do Litoral Norte.

Esta Reforma vai atingir toda a população, se aprovada, pois vai destruir o serviço público, vai abrir espaço para indicações políticas, aumentar o risco de corrupção e privatizações, entre outros cortes de direitos.



O SINDSERV ESTÁ NO INSTAGRAM!

SIGA-NOS PARA SABER AS NOVIDADES

@SindservSS